



DIÁRIO DO Sexta-feira LEGISLATIVO

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Tadeu Leite – MDB 1^a-Vice-Presidente: deputada Leninha – PT

2º-Vice-Presidente: deputado Duarte Bechir – PSD 3º-Vice-Presidente: deputado Betinho Pinto Coelho – PV 1º-Secretário: deputado Antonio Carlos Arantes – PL 2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT 3º-Secretário: deputado João Vítor Xavier – Cidadania

SUMÁRIO

- 1 LEI
- 2 TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES
- 3 CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO
- 4 MATÉRIA ADMINISTRATIVA



LEI

LEI Nº 25.167, DE 23 DE JANEIRO DE 2025

Declara de utilidade pública a Associação Atitude Brasil – Aabra –, com sede no Município de Montes Claros.

O povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou, e eu, em seu nome, nos termos do § 8º do art. 70 da Constituição do Estado de Minas Gerais, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Atitude Brasil - Aabra -, com sede no Município de Montes Claros.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 23 de janeiro de 2025; 237º da Inconfidência Mineira e 204º da Independência do Brasil.

Deputado Tadeu Leite - Presidente

Deputado Antonio Carlos Arantes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

RELATÓRIO DE VISITA

Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

Local visitado: Escola Estadual Doutor Lucas Monteiro Machado, em Belo Horizonte.

Apresentação

Atendendo ao Requerimento de Comissão nº 6.868/2024, de autoria da deputada Macaé Evaristo, a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia visitou, em 4/3/2024, a Escola Estadual Doutor Lucas Monteiro Machado, em Belo Horizonte, com o objetivo de averiguar as condições de matrícula e funcionamento das turmas da escola em questão.



Participaram da visita as deputadas Beatriz Cerqueira e Macaé Evaristo, respectivamente presidente e vice-presidente da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, e a acompanharam Ariane de Fátima Soares Campos, diretora da escola, Moacyr Anício Viana Filho, vice-diretor, Rafael Afonso da Silva, morador do Bairro Pindorama e Heverton Ferreira de Oliveira, titular da Superintendência Regional de Ensino – SRE – Metropolitana B.

Relato

Em 4/3/2024 esta comissão visitou a Escola Estadual Doutor Lucas Monteiro Machado, situada no Bairro Pindorama, em Belo Horizonte, com o objetivo de averiguar as condições de matrícula e de funcionamento das turmas da escola.

A instituição de ensino funciona em terreno da Prefeitura de Belo Horizonte – PBH. O imóvel tem 46.000m², 4.000m² dos quais de área construída. Inaugurado em 1965, as instalações do terreno eram ocupadas por um seminário que operava em regime de internato. A escola foi implantada em 1982. No entanto, o imóvel é objeto de litígio, já que a PBH acionou o judiciário para retomar o terreno.

Em relação às atividades desenvolvidas pela escola, atualmente são ofertadas somente turmas de ensino médio: 2º e 3º anos integrais na modalidade profissionalizante e educação de jovens e adultos – EJA – no período noturno. Atualmente a escola conta com 80 alunos: 38 do ensino médio profissionalizante – são ofertados os cursos técnicos de logística e de segurança do trabalho – e 42 da EJA.

Em 2017 a instituição foi escolhida como piloto para a oferta exclusiva de turmas integrais de ensino médio profissionalizante e de EJA. Com isso o número de alunos sofreu queda significativa. Segundo relatos dos servidores que atuam na escola, antes da implantação do projeto-piloto, a instituição chegou a contar com 2.000 alunos dos ensinos fundamental e médio regulares. Por conta da drástica redução do número de estudantes, a maior parte das salas da escola estão vazias. No segundo andar, poucas salas são ocupadas – há turmas com apenas 4 alunos; no terceiro, todas as salas estão ociosas.

Segundo o titular da Superintendência Regional de Ensino – SRE – Metropolitana B, Heverton Oliveira, tal situação se deve ao fato de a escola estar em processo de terminalidade, razão pela qual não serão abertas novas turmas para o ano letivo de 2025.

Questionado sobre aumento na demanda por vagas na região por conta de eventual expansão imobiliária decorrente do programa Minas Casa, Minha Vida, o superintendente informou que sobram vagas nas instituições de ensino estaduais localizadas na região, em especial na Escola Estadual Guimarães Rosa, cujas instalações estão em processo de ampliação.

O superintendente também afirmou que, caso esse aumento de demanda de fato ocorra, a Secretaria de Estado de Educação – SEE – realizará estudos para adequar o plano de atendimento à nova demanda. O titular da SRE Metropolitana B ainda lembrou que o plano de atendimento é revisto a cada seis meses.

Moacyr Viana, vice-diretor da escola, ponderou que a instituição de ensino é a única que oferta vagas de educação profissional na região e que há demanda tanto por cursos pós-técnicos quanto por turmas de Educação de Jovens e Adultos – EJA – de ensino fundamental, já que as escolas que ofertam essa modalidade de EJA não são próximas do Bairro Pindorama. Ariane Campos, diretora, complementou afirmando que muitas vezes os potenciais interessados em cursar as turmas de EJA ofertadas pela escola não se matriculam por conta do temor de encerramento imediato das atividades da instituição.

Em relação ao processo impetrado pela PBH para retomada de posse do terreno, Ariane Campos relatou que técnicos da regional Noroeste visitaram a escola e, por entenderem que o prédio não é adequado para a oferta de educação infantil, concluíram que haveria a possibilidade de a prefeitura ceder o terreno para a administração estadual continuar ofertando turmas de ensino médio. No entanto, não houve sinalização da própria PBH nesse sentido.



Conclusão

A visita foi produtiva, uma vez que permitiu não apenas diagnosticar a situação da escola, como também aprofundar o tema em audiência pública realizada por esta comissão em 14/3/2024, que além de obter informações sobre o processo judicial que tem por objeto o terreno que a escola ocupa, debateu a decisão da SEE em interromper o fluxo das matrículas para o 1º ano do ensino médio em tempo integral na instituição de ensino.

Por fim, esta Comissão se manifesta contrariamente ao encerramento das atividades da escola objeto deste relatório, recomendando à SEE não apenas sua manutenção, como também o aumento de matrículas em consonância com as demandas da comunidade escolar.

Sala das Comissões, 17 de dezembro de 2024.

Beatriz Cerqueira, relatora.

RELATÓRIO DE VISITA

Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

Locais visitados: Museu da Escola Ana Maria Casasanta Peixoto e Biblioteca Bartolomeu Campos Queirós, em Belo Horizonte.

Apresentação

Atendendo ao Requerimento de Comissão nº 10.378/2024, de autoria da deputada Beatriz Cerqueira, a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia visitou, em 18/11/2024, o Museu da Escola Ana Maria Casasanta Peixoto e a Biblioteca Bartolomeu Campos Queirós, em Belo Horizonte, com a finalidade de conhecer a situação atual de sua infraestrutura e patrimônio e realizar um diagnóstico sobre essa situação.

Participaram da visita: a deputada Beatriz Cerqueira, presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; Andrea Moreno, diretora da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG; Eduardo Valadares da Silva, diretor da Escola de Ciência da Informação da UFMG; Jezulino Lúcio Mendes Braga, vice-diretor da Escola de Ciência da Informação da UFMG; Ana Paula Soares Pacheco, coordenadora do curso de Museologia da Escola da Ciência de Informação da UFMG; Juliana Miranda Filgueiras, professora do Departamento de História da UFMG; Nelma Marçal Lacerda Fonseca, ex-coordenadora do Museu da Escola Professora Ana Maria Casasanta Peixoto; Luciano Mendes de Faria, professor titular aposentado da Faculdade de Educação da UFMG; Vera Lúcia Nogueira, professora da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Minas Gerais – Uemg; Lucas José Magalhães Alves, pesquisador e doutorando do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – Cefet-MG; e Mário Magno da Mota Jardim, Analista Educacional da Secretaria de Estado de Educação.

Para organizar os trabalhos, a presidenta da comissão decidiu estruturar as atividades em dois momentos. O primeiro foi dedicado à apresentação do contexto da visita e ao esclarecimento de dúvidas, com espaço para as contribuições dos participantes. O segundo momento foi voltado à exploração dos espaços do Museu da Escola Ana Maria Casasanta Peixoto e da Biblioteca Bartolomeu Campos Queirós.

Relato

A presidenta da comissão iniciou sua fala destacando que a visita relatada está inserida em um conjunto de iniciativas, incluindo uma proposição de sua autoria, atualmente em tramitação na Assembleia Legislativa (Projeto de Lei nº 2.897/2024), e uma audiência pública a ser realizada. Essas ações nasceram da preocupação com a preservação da memória da educação de Minas Gerais e do Brasil, da qual o Museu da Escola é um reconhecido depositário.



Os participantes relataram a trajetória do Museu da Escola Professora Ana Maria Casasanta Peixoto, inaugurado em 1994. Em seus primeiros anos, o museu funcionava no antigo prédio da Secretaria de Estado de Educação – SEE –, no entorno da Praça da Liberdade. Nesse período, em conjunto com a biblioteca, relatou-se que ele desempenhava seu papel de preservação da memória da educação e de promoção de condições propícias ao desenvolvimento de pesquisas na área de história da educação. Destacava-se, ainda, pelo grande fluxo de visitantes.

Com o avanço das negociações para a criação do Circuito Cultural Praça da Liberdade, surgiu a proposta de transferir o museu e a biblioteca para outro local. A professora Andrea Moreno, diretora da Faculdade de Educação da UFMG – FAE/UFMG – e o professor titular aposentado Luciano Mendes, da mesma Faculdade de Educação, destacaram que, na época, a FAE/UFMG se mobilizou para assegurar a inclusão do museu no Circuito, considerando que sua proposta estava plenamente alinhada aos objetivos do projeto. Essa posição, no entanto, não prosperou, e o museu foi transferido, junto com a biblioteca, para o edifício do Instituto de Educação de Minas Gerais.

Após a transferência para o Instituto de Educação, o museu enfrentou uma série de dificuldades. De acordo com a excoordenadora Nelma Marçal, esse período foi caracterizado por graves problemas, como o extravio de peças do acervo e o armazenamento inadequado da reserva técnica, acondicionada em local que não contava com climatização adequada nem com os cuidados necessários de higienização.

Em 2012, o museu e a biblioteca passaram por mais uma mudança, sendo transferidos para o *campus* da Escola de Formação e Desenvolvimento Profissional de Educadores, no Bairro Gameleira, em Belo Horizonte, onde permanecem até hoje. Nesse período, o acervo do museu e da biblioteca foi ampliado com a incorporação de documentos provenientes do antigo Centro Regional de Pesquisa Educacional – CRPE –, vinculado ao Ministério da Educação – MEC –, além de documentos e materiais de outros órgãos do MEC que, no passado, funcionaram no local onde o museu está atualmente instalado. Nesse contexto, o professor Luciano Mendes destacou que os prédios que atualmente abrigam o museu e a biblioteca representam, por si só, um valioso patrimônio material da educação mineira e brasileira, uma vez que foram e continuam sendo sede de importantes instituições educacionais.

Os participantes da visita destacaram o papel dos acervos do museu e da biblioteca na preservação da memória da educação, não apenas de Minas Gerais, mas também do Brasil. A professora Andrea Moreno alertou que o espaço abriga um dos acervos sobre a história da educação mais raros do País. De forma semelhante, a professora Vera Lúcia, da Faculdade de Educação da Uemg, ressaltou o enorme potencial dos acervos do museu e da biblioteca, não apenas como subsídio para pesquisas da universidade nas áreas de história e historiografia da educação brasileira, mas também como recursos valiosos para a formação de professores e para exposições voltadas ao público. Juliana Miranda, professora do Departamento de História da UFMG, enfatizou que a biblioteca abriga uma rica documentação sobre o processo de institucionalização da educação no Brasil, com destaque para o período da ditadura civil-militar (1964-1985).

Apesar do valor inestimável dos acervos do museu e da biblioteca, os participantes da visita foram uníssonos em destacar que, desde a transferência para o Instituto de Educação de Minas Gerais, esses espaços têm sofrido com uma contínua redução de recursos financeiros e humanos. Essa situação tem prejudicado não apenas a organização e o desenvolvimento de projetos, mas também o adequado armazenamento dos acervos. Nos últimos anos, a situação se deteriorou a tal ponto que não é possível afirmar com certeza se o museu possui um responsável, embora os relatos indiquem com segurança a ausência de um museólogo responsável pelo espaço. Durante a visita, o funcionário da SEE, que ocupa o cargo de analista de educação básica e atua como bibliotecário na biblioteca, relatou que, quando necessário, presta apoio ao museu.

No contexto desse processo de deterioração do museu e da biblioteca, relatou-se que o último projeto desenvolvido no museu ocorreu em 2015, em parceria com a Escola de Belas Artes da UFMG. Na ocasião, foi realizado um trabalho de conservação



preventiva do acervo. Desde então, não houve novos projetos de intervenção. O professor Jezulino Lúcio, vice-diretor da Escola de Ciência da Informação da UFMG, ressaltou a falta de institucionalização do Museu da Escola, que carece de ações permanentes de conservação preventiva do acervo e não dispõe de setores de museologia e educação. Além disso, frisou que o museu sequer está inserido no organograma do Estado, o que reflete um processo mais amplo de negligência com a política estadual de museus. A professora Andrea Moreno asseverou que, como diretora da FAE/UFMG, recebeu, ao longo dos últimos anos, diversos relatos de pesquisadores e visitantes acerca desse processo de deterioração. Nesse contexto, informou ter ouvido relatos sobre possíveis empréstimos de peças do acervo para a iniciativa privada, a ausência de medidas de conservação e a falta de estrutura adequada para proteger algumas peças da radiação solar.

O professor Eduardo Valadares, diretor da Escola de Ciência da Informação da UFMG, apontou que, ao chegar para a visita, percebeu que o espaço havia sido previamente preparado para receber a comissão, com o objetivo de causar uma boa impressão. Para ilustrar essa percepção, pontuou que o livro de visitas do museu contém registros até 2020. No entanto, entre 2020 e outubro do ano corrente, não há nenhum registro, sendo retomados apenas após esse período, com duas listas registradas há menos de um mês da data marcada para a visita da comissão. Como outro sinal da preparação prévia, o professor indicou a instalação improvisada de TNTs nas janelas de uma das salas do museu. Segundo o professor, essa medida buscaria oferecer uma solução improvisada para um problema já identificado pelo grupo de professores em visitas anteriores: a exposição de algumas peças à radiação solar.

Em relação à biblioteca, a professora Juliana Miranda destacou a importância de digitalização da ampla e valiosa documentação ali armazenada. Segundo ela, esse processo é essencial para democratizar o acesso ao acervo e reduzir a dependência da boa vontade de funcionários para acesso ao acervo.

Como encaminhamentos, a professora Ana Paula Soares Pacheco, coordenadora do curso de Museologia da Escola da Ciência de Informação da UFMG, sugeriu que sejam tomadas medidas para a institucionalização do museu e da biblioteca. Em seguida, segundo a professora, seria recomendável a criação de um plano museológico, em que constem programas e projetos institucionalizados nas áreas de documentação, conservação, exposição, educação e pesquisa, além da formação de um corpo permanente de profissionais.

Como encaminhamento mais imediato para avançar na institucionalização do museu, a presidenta da comissão propôs a apresentação de uma emenda ao Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG –, visando incluir uma ação que assegure recursos orçamentários para o Museu da Escola. Em seguida, reiterou que a comissão realizará uma audiência pública sobre o tema, sugerindo que aconteça nos primeiros meses de 2025. Reforçou, também, que já tramita na Assembleia projeto de lei com o objetivo de institucionalizar o museu.

Concluída a primeira parte, a presidenta da comissão convidou os presentes para o segundo momento: a visita aos espaços do Museu da Escola Ana Maria Casasanta Peixoto e da Biblioteca Bartolomeu Campos Queirós.

Verificou-se, logo na entrada do museu, a existência de um cartaz com os dizeres "Atenção: porta trancada. Caso precise entrar no museu, pedir ao porteiro/vigia para abrir", sugerindo que, no dia a dia, o museu possivelmente permanece de portas fechadas, só abrindo sob demanda. Caminhando pelo museu, os participantes da visita notaram que a disposição aleatória das peças nas salas evidencia a falta de uma narrativa expográfica estruturada. A presidenta da comissão observou que o museu parece focar na história oficial da educação, deixando de lado narrativas que reconhecem o protagonismo dos profissionais da educação. Em uma das salas, onde havia TNTs nas janelas, evidenciou-se a improvisação da solução, já que a iluminação inadequada comprometia a visualização dos objetos.



Na sequência, os participantes se dirigiram ao prédio da biblioteca, que abriga seu acervo próprio e a reserva técnica do acervo do museu. O servidor da SEE informou que, atualmente, a Biblioteca Bartolomeu Campos Queirós atende exclusivamente pesquisadores.

Foi constatado que o prédio se encontra em condições precárias, com infiltrações em algumas paredes e o piso deteriorado, além de poças de água acumuladas em determinados pontos. Observou-se a ausência de um sistema de climatização e de processos de higienização adequados para a conservação do acervo. Verificou-se, ainda, que as caixas com documentos são frequentemente remanejadas pelos funcionários para evitar os danos causados pelas infiltrações. Nas salas que abrigam a reserva técnica do museu, foi verificado um acondicionamento inadequado do material, além de um odor marcante de mofo.

Conclusão

A visita cumpriu o seu objetivo, pois a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia pôde avaliar de perto a situação do Museu da Escola Ana Maria Casasanta Peixoto e da Biblioteca Bartolomeu Campos Queirós. Foi possível confirmar a importância do museu e da biblioteca para a preservação da memória da educação em Minas Gerais e no Brasil e para a promoção de condições propícias ao desenvolvimento de pesquisas na área de história da educação. Durante a visita, ficou evidente que o museu e a biblioteca carecem de um processo de institucionalização, assim como de uma alocação adequada de recursos humanos e materiais, indispensáveis para o cumprimento de suas missões. A comissão teve a oportunidade de constatar, *in loco*, a precariedade das condições atuais de funcionamento desses espaços.

Diante do que foi constatado durante a visita, a presidenta da comissão levantou a possibilidade de apresentação de uma emenda ao Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG –, visando incluir uma ação que assegure recursos orçamentários para o Museu da Escola. Informou, ainda, que a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia realizará, nos primeiros meses de 2025, uma audiência pública para discutir a situação do museu e da biblioteca. Por fim, indicou que já tramita na Assembleia Legislativa proposição (Projeto de Lei nº 2.897/2024) cujo objetivo é institucionalizar o Museu da Escola Ana Maria Casasanta Peixoto.

Sala das Comissões, 17 de dezembro de 2024.

Beatriz Cerqueira, relatora.



CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO

CORRESPONDÊNCIA

− O 1º-secretário despachou, em 23/1/2025, a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Ofício nº 10/2025, da Prefeitura Municipal de Carvalhos, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 2.624/2024, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao Projeto de Lei nº 2.624/2024.)

Oficio nº 3/2025, da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.169/2024, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia. (– Anexe-se ao Requerimento nº 8.169/2024.)

Oficio nº 70/2025/Aspar/MS, do Ministério da Saúde, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.339/2024, da Comissão de Saúde. (– Anexe-se ao Requerimento nº 8.339/2024.)

Ofício da Secretaria de Estado de Saúde, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.379/2024, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao Requerimento nº 8.379/2024.)



Ofício da Secretaria de Estado de Saúde, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.838/2024, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao Requerimento nº 8.838/2024.)

Oficio da Polícia Militar de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.846/2024, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao Requerimento nº 8.846/2024.)

Oficio da Polícia Militar de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.849/2024, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao Requerimento nº 8.849/2024.)

Oficio da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.855/2024, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao Requerimento nº 8.855/2024.)

Ofício da Advocacia-Geral do Estado, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.855/2024, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao Requerimento nº 8.855/2024.)

Oficio da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.856/2024, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao Requerimento nº 8.856/2024.)

Oficio da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.858/2024, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao Requerimento nº 8.858/2024.)

Ofício da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.858/2024, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao Requerimento nº 8.858/2024.)

Oficio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.860/2024, da Comissão de Participação Popular. (- Anexe-se ao Requerimento nº 8.860/2024.)

Oficio da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.860/2024, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao Requerimento nº 8.860/2024.)

Oficio da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.861/2024, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao Requerimento nº 8.861/2024.)

Oficio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.971/2024, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao Requerimento nº 8.971/2024.)

Ofício da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.972/2024, da Comissão de Direitos Humanos. (- Anexe-se ao Requerimento nº 8.972/2024.)

Oficio nº 41/2025/GAB/Setec/Setec-MEC, do Ministério da Educação, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.036/2024, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia. (– Anexe-se ao Requerimento nº 9.036/2024.)

Oficio nº 4/2025, da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.050/2024, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. (– Anexe-se ao Requerimento nº 9.050/2024.)

Ofício do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.236/2024, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao Requerimento nº 9.236/2024.)

Ofício da Polícia Militar de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.237/2024, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao Requerimento nº 9.237/2024.)

Ofício do Instituto Estadual de Florestas, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.534/2024, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. (– Anexe-se ao Requerimento nº 9.534/2024.)



Ofício da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.535/2024, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. (– Anexe-se ao Requerimento nº 9.535/2024.)

Ofício da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.536/2024, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. (– Anexe-se ao Requerimento nº 9.536/2024.)

Ofício da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.542/2024, da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher. (– Anexe-se ao Requerimento nº 9.542/2024.)

Ofício da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.548/2024, da Comissão de Agropecuária e Agroindústria. (– Anexe-se ao Requerimento nº 9.548/2024.)

Ofício do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.578/2024, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia. (– Anexe-se ao Requerimento nº 9.578/2024.)

Ofício da Secretaria de Estado de Saúde, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.596/2024, da Comissão de Saúde. (- Anexe-se ao Requerimento nº 9.596/2024.)

Oficio da Secretaria de Estado de Saúde, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.599/2024, da Comissão de Saúde. (– Anexe-se ao Requerimento nº 9.599/2024.)

Ofício da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.608/2024, da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher. (- Anexe-se ao Requerimento nº 9.608/2024.)

Oficio da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.608/2024, da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher. (– Anexe-se ao Requerimento nº 9.608/2024.)

Oficio da Polícia Militar de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.609/2024, da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher. (– Anexe-se ao Requerimento nº 9.609/2024.)

Oficio da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.609/2024, da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher. (– Anexe-se ao Requerimento nº 9.609/2024.)

Oficio da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.643/2024, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao Requerimento nº 9.643/2024.)

Ofício da Secretaria-Geral do Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.643/2024, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao Requerimento nº 9.643/2024.)

Oficio da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.702/2024, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao Requerimento nº 9.702/2024.)

Ofício do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.704/2024, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao Requerimento nº 9.704/2024.)

Oficio da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.706/2024, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao Requerimento nº 9.706/2024.)

Ofício da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.732/2024, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao Requerimento nº 9.732/2024.)

Oficio nº 1.653/2024/Aspar/GM, do Ministério dos Transportes, prestando informações relativas ao Requerimento de Comissão nº 10.714/2024, da Deputada Ione Pinheiro. (– À Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas.)



Oficio da Tonanni Construções e Serviços, prestando informações relativas ao Requerimento de Comissão nº 11.440/2024, dos deputados Betão e Celinho Sintrocel. (– À Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social.)

Ofício da Secretaria de Estado de Saúde, solicitando prorrogação do prazo para prestação de informações relativas ao Requerimento nº 9.003/2024. (- Prorrogado o prazo, nos termos do art. 7º da Deliberação da Mesa nº 2.738/2020.)

Oficio do Sr. Paulo Henrique Chiste da Silva, vereador da Câmara Municipal de Ouro Fino, solicitando a juntada de expedientes de sua autoria, encaminhados a esta Casa, aos Projetos de Lei nºs 2.796 e 2.977/2024. (– Anexe-se aos Projetos de Lei nºs 2.796 e 2.977/2024.)



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 13/1/2025, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

tornando sem efeito o ato, publicado na edição de 28/12/2024, que nomeou Sérgio Mendes Pires, padrão VL-37, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Delegado Christiano Xavier;

exonerando Maria Rosangela da Silveira, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Comissão de Segurança Pública;

exonerando Thais Kênia Castelo Branco Marciano, padrão VL-23, 6 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Beatriz Cerqueira;

nomeando Clorinha Aparecida da Silva, padrão VL-12, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Elismar Prado; nomeando Gean Marisson Melquiades Santana, padrão VL-37, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Delegado Christiano Xavier;

nomeando Laís Gonçalves da Silva, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Comissão de Segurança Pública.

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 90/2024

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 297/2024

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que, em virtude de alterações no edital do pregão eletrônico em epígrafe, que tem por objeto selecionar a proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de suporte técnico a transmissores de TV, a sessão pública virtual fica adiada para as 15 horas do dia 11/2/2025.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos sites www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br.

Belo Horizonte, 23 de janeiro de 2025.

Wamberto Dias da Silva, diretor-geral em exercício.

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 4/2025

Credenciante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciada: Núcleo de Odontologia Alegro Ltda. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, aos usuários da assistência odontológica da credenciante, previstos na Deliberação da Mesa nº 2.565, de 2013, nas especialidades de clínica odontológica geral,



prótese dentária, implantodontia, ortodontia e ortopedia facial, cirurgia bucomaxilofacial, endodontia e periodontia, reconhecidas pelo Conselho Regional de Odontologia de Minas Gerais – CRO-MG –, de acordo com a tabela de procedimentos odontológicos da credenciante. Vigência: da data de publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP – ao dia 17/6/2034, termo final de validade do Credenciamento nº 2/2024, conforme o item 9.5.15 do respectivo edital. Licitação: inexigível, nos termos do art. 74, inciso IV, combinado com o art. 79, da Lei Federal nº 14.133, de 2021. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.0001-3.3.90 (10.1).

TERMO DE ADITAMENTO Nº 139/2024

Número no Siad: 9405864-1

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Editora Fórum Ltda. Objeto: assinatura de 11 periódicos digitais da Plataforma Fórum de Bibliotecas Digitais. Objeto do aditamento: primeira prorrogação, com reajuste de preços. Vigência: de 22/2/2025 a 21/2/2026, inclusive. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.0001.3.3.90 (10.1).